



----- **ACTA N.º 8/2011** -----

-----Aos 13 dias do mês de Abril de 2011, pelas 10:00h, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral; -----

-----João Manuel Ferreira da Silva Duarte; -----

-----Victor Martins Santos; -----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior e coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- **RENÚNCIA AO MANDATO** -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que foi recepcionado na autarquia, um requerimento que se anexa a esta acta (**anexo I**), apresentado pela Senhora Vereadora Rute da Conceição Inês Vaz, com o registo de entrada n.º 3711, de 08/04/2011, no qual solicita, nos termos do n.º 1, do artigo 76.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a renúncia do seu mandato, enquanto Vereadora da Câmara Municipal de Celorico da Beira, pelo MAJUSP, fundamentando o presente pedido em motivos de ordem pessoal. -----

-----Nesta sequência, procedeu-se de acordo com o previsto no n.º 4, do artigo 76.º e n.º 1, do artigo 79.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, à sua substituição pelo cidadão imediatamente

a seguir na ordem da respectiva lista, o Senhor João Manuel Ferreira da Silva Duarte. -----



-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 09/03/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 6, da reunião ordinária do Executivo de 09/03/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador João Duarte, por não ter estado presente na referida reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 16/03/2011**-----

-----Foi presente a acta n.º 7, da reunião ordinária do Executivo de 16/03/2011, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----Dispensada a sua leitura, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador João Duarte, por não ter estado presente na referida reunião.-----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do público, não tendo havido inscrições.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----



-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** começou por referir que havia sido notificado pelo Tribunal de Contas, relativamente ao relato de verificação interna da conta de gerência de 2009, pretendendo saber o que o executivo tem a dizer em relação a esta matéria. -----

-----Em resposta, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que também ele havia sido notificado e que este assunto está em análise para posteriormente ser dada uma resposta, a qual poderá ser feita em conjunto, se o Senhor Vereador assim o entender. Acrescentou ainda, que esta notificação prende-se com o facto de a conta ainda não ter sido homologada. -----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos foi deliberado, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos:--

-----**ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO MERCADO MUNICIPAL:** -----

-----**APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE ESPECIALIDADES E APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA;**-----

-----**ALTERAÇÃO PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL: "CASA DE CAMPO" – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS,** -----

-----**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO D. M. PRADOS;**-----

-----**ALTERAÇÕES PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL: "CASA DE CAMPO" – PEDIDO DE APOIO TÉCNICO,** -----

-----**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO D. M. PRADOS;**-----



-----ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL: “CASA DE CAMPO” – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA;-----

-----CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE CAMPISMO: -----

-----APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA, -----

-----REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE CAÇA, PESCA, TIRO E AGRICULTURA DA RATOEIRA;-----

-----SUSPENSÃO DE MANDATO/PERDA DE MANDATO DR. JÚLIO SANTOS – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO; -----

-----ABERTURA DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL REFERENTE À EMPREITADA “REVESTIMENTO EXTERIOR DO GIMNODESPORTIVO DE CELORICO DA BEIRA”, -----

-----ORDEM DO DIA-----

-----1 - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO -----

-----ASSUNTO: APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS A 2010-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente o documento referenciado em epígrafe que se anexa a esta acta (**anexo II**), para análise e apreciação do Executivo. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** começou por cumprimentar todos os presentes e dar as boas vindas ao Senhor Vereador João Duarte, esperando que a sua postura neste executivo seja construtiva, e com um forte contributo para o desenvolvimento do concelho.-----

-----Relativamente à certificação legal de contas, deu conhecimento de que a mesma não foi entregue, uma vez que o contrato do ROC caducou. Deu conhecimento de que foi lançado concurso e nenhum revisor concorreu, já o segundo concurso, foi ganho pelo Dr. Figueiredo Lopes, tendo sido aquele que apresentou o valor mais baixo. Neste momento, está



em curso a certificação das contas com as ressalvas necessárias, das quais será dado conhecimento em reunião de Câmara e Assembleia Municipal. -----

-----Em relação à Prestação de Contas de 2010, referiu que este relatório reflecte a actividade desenvolvida e descreve a real situação do Município. Disse que 2010 à semelhança dos anos anteriores, foi um ano de graves dificuldades financeiras para o Município, espelhando também a grave crise económica que atravessa o país. No ano de 2010 o Município recorreu ao PREDE, que permitiu obter empréstimo junto da banca e do Estado para regularização de dívidas de curto prazo a fornecedores. Este empréstimo teve impacto nas percentagens de execução orçamental da receita e da despesa. -----

-----As percentagens de execução orçamental no ano de 2010 foram de 55,36% na despesa e 55,42% na receita, revelando um aumento relativamente a 2009, que foram de 36,08% e 35,93% respectivamente. Estes valores reflectem os aumentos tanto nas receitas como nas despesas provocadas pela contracção de empréstimos do PREDE e respectivos pagamentos. -----

-----Em matéria de custos, referiu que a acentuada elevação da despesa onde constam 2 milhões de euros, prende-se com quatro questões, ou seja, provisões provenientes de acções que ainda estão a correr termos em Tribunal, citando a título de exemplo, a Habitação Social, dívida que não está transcrita nas contas, uma vez que foi iniciado um processo de consulta para contracção de um empréstimo com o Instituto de Habitação, aguardando aprovação. De seguida, fez alusão também a uma outra provisão, relacionada com um processo da Escola Profissional, relativamente à retirada de equipamento e do qual o Tribunal condenou a autarquia. -----

-----Deu também conhecimento de um outro processo relacionado com o empreiteiro Chupas & Morrão, em que o Tribunal condenou a autarquia a pagar cerca de 200 mil euros, relacionadas com estradas. -----



-----Relativamente a Despesas com o Pessoal, houve um aumento relativamente a 2009 no valor de 599.647,42€, uma vez que, em 2010 houve uma transferência de competências para a Autarquia do pessoal não docente das escolas, resultante de um acordo assinado com o Ministério da Educação, que associado aos encargos com pessoal docente das actividades extracurriculares implicou um aumento nas rubricas de despesa com o pessoal na ordem dos 673.234€. Assim, pode-se concluir que na realidade, sendo descontadas as despesas com as transferências de competências, houve uma redução nas despesas com pessoal comparativamente a 2009, no valor aproximado de 73.586,58€. Salientou que, apesar das transferências de competências para a autarquia, o Município encontra-se abaixo dos limites legais, embora não seja benéfico para a situação do Município. -----

-----Disse que em 2010 houve uma redução nos montantes do FEF transferidos para os Municípios, bem como, o Município foi obrigado a pagar ao SNS o montante de 71.539,83€. O Município recebeu em 2010 menos 227.451€ do que estava previsto no Orçamento de Estado para 2010, por imposição das medidas de austeridade estatais, o que aliado à retenção feita pelo SNS totaliza 298.990,83€. É de referir que o montante retido pelo SNS, não é referente à dívida existente e contabilizada no Município à ADSE, mas sim, a uma estimativa baseada nas despesas realizadas em 2009, ou seja, o SNS descontou antecipadamente aos Municípios um montante que pode não coincidir com a despesa realmente efectuada, configurando-se como um adiantamento a eventuais despesas com a ADSE.-----

-----Referiu também que foram contabilizados 876.879,69€ em 2010 de facturação das “Águas do Zêzere e Côa”, estando estas facturas na sua maioria incluídas em acções judiciais interpostas pela mesma empresa ao Município. -----

-----Disse como igualmente tem referido em todas as reuniões de executivo e Assembleia Municipal, que a situação actual do Município é de

desequilíbrio financeiro estrutural, estando já previsto para 2011 a elaboração de um plano de reequilíbrio financeiro, tendo em conta a situação financeira precária, aliada a uma conjuntura económica que faz prever mais medidas de austeridade para a economia nacional e local. -----

-----No que concerne à Demonstração de Resultados, disse que na conta 75 - "Trabalhos para a própria entidade" encontra-se o montante apurado das obras por administração directa da Câmara Municipal. Disse que foram contabilizados os bens móveis cuja aquisição ocorreu durante o ano 2010. Todos os registos foram realizados ao custo de aquisição. -----

-----Disse que está a ser feita uma contenção rigorosa com os custos de pessoal, sendo que, os contratos que vão terminando não serão renovados.

-----Deu conhecimento de que tem sido realizada obra em cooperação com as Juntas de Freguesia, sendo estes, investimentos estruturantes. Deu conhecimento de algumas obras já aprovadas no exercício de 2011, citando a título de exemplo, o Parque Industrial A25, havendo já empresas interessadas em investir naquele espaço, o que irá permitir um crescimento económico. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu saber a partir de que momento é que a prestação de serviços do ROC tinha terminado. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que o Dr. João Nunes, tinha um contrato de 3 anos e o qual tinha terminado. Neste momento, está a ser feito o processo de substituição do ROC, face ao Código de Ética e Deontologia Profissional, havendo uma comunicação entre o ROC cessante e o ROC que vai iniciar actividade, para a passagem de papéis. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** questionou se a abertura de concurso para ROC, não deveria ter sido presente a reunião de Câmara, já que é uma matéria importante e relevante. -----



-----Em resposta, o Senhor **Vereador António Silva** disse que o concurso para ROC é feito através de uma Plataforma Electrónica. Como referiu anteriormente, aquando do 1.º concurso não concorreu ninguém, havendo necessidade de se proceder ao 2.º concurso, onde foram convidados 3 a 5 ROC's, entre os quais, o Dr. João Nunes, sendo que, ganhou o Dr. Figueiredo Lopes, uma vez que apresentou a proposta mais baixa. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** considera que as frequentes condenações da Câmara Municipal em Tribunal, são algo sobre o qual o Executivo deveria reflectir, pois, por detrás de uma condenação, estão decisões de gestão que aparentemente não estão a ser ponderadas da forma mais adequada.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que as acções que estão a decorrer em Tribunal, são de credores a reclamar dívida.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que existe um Gabinete Jurídico na autarquia que deveria negociar estes processos e procurar entendimentos extrajudiciais, uma vez que, frequentemente nas reuniões de Câmara são referidas condenações, com custos significativos para a autarquia. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse concordar com o Senhor Vereador Victor Santos, mas que nem sempre se conseguem efectuar acordos, dando como exemplo, o material que desapareceu no processo da Escola Profissional, o qual não aparece, ou se aparecer certamente estará deteriorado.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que o Senhor Presidente da Câmara refere várias vezes que a oposição não colabora com o restante

executivo, mas para se obter colaboração há que no mínimo, saber respeitar as pessoas e os cargos que ocupam, e mais uma vez, a Prestação de Contas lhe foi enviada dois dias antes; tempo que o Senhor Presidente sabe ser insuficiente para que as contas pudessem ser analisadas, nesta reunião são apresentados para deliberação, projectos incluídos na hora que não estavam agendados, nem foram previamente apresentados, bem como, refere ainda, a título de exemplo, a fotocópia do convite para a Feira do Queijo que lhe foi enviada. Considera que esta postura não é a forma adequada de promover a colaboração no seio do executivo, constituindo estas atitudes, uma falta de respeito pelo cargo que ocupa enquanto Vereador. -----

-----De seguida, pretendeu saber qual a poupança que a Câmara vai obter com a não renovação de contratos a prazo, e se essa poupança é suficiente para fazer face ao reequilíbrio financeiro que anda a ser referido pelo executivo. Receia que esta poupança não seja suficiente pois, como já referiu inúmeras vezes, os custos com pessoal são o peso pesado da autarquia, mas o facto, é que, apesar do desequilíbrio financeiro existente, nos últimos concursos de pessoal, foram admitidos cerca de 60 funcionários para o quadro, que, da análise efectuada, todos eles estiveram nas listas da candidatura do Senhor Presidente da Câmara nas últimas eleições. Em resposta ao Senhor Vereador José Luís Cabral, disse que esta conclusão resultou do estudo comparativo entre as admissões publicadas em Diário da República e as listas do Partido Socialista às eleições autárquicas de 2009 em Celorico da Beira, que qualquer Celoricense poderá consultar e o qual poderá divulgar. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por cumprimentar todos os presentes e dar as boas vindas ao Senhor Vereador João Duarte, que certamente, irá ter uma postura em prol do desenvolvimento do concelho. Referindo-se à intervenção do Senhor Vereador Victor Santos, disse que o Senhor Vereador tem de ter uma postura de Vereador, e como



tal, tem toda a liberdade para se dirigir à autarquia e colocar estas questões, citando a título de exemplo, o convite que diz, ter-lhe sido endereçado numa fotocópia, e deixar de vir para as reuniões de Câmara com estes assuntos, mas sim com assuntos importantes para o concelho. ---

-----Relembrou que o Senhor Vereador fez uma denúncia em relação a uma fossa séptica que corria a céu aberto, e que nesse processo foi bastante célere, ao contrário do assunto anterior. Convém-lhe. -----

-----Disse que com a transferência de competências da Educação para a autarquia, foi necessário admitir pessoal, uma vez que a Lei assim o obriga. Disse ainda que depois do Senhor Vereador fazer a sua análise, também ele irá dar conhecimento das pessoas que fazem parte do quadro e que andaram na candidatura do Senhor Vereador Victor Santos, ou outras. Em relação aos contratos que estão a terminar e não serão renovados disse que irá dar conhecimento ao Senhor Vereador de que partidos são.-----

-----O Senhor Vereador ditou para a acta o seguinte: -----

-----“É uma falta de educação e de respeito, da parte do Senhor Vereador Victor Santos, quando eu ou outro membro do executivo, estamos a intervir, solicitar ao Senhor Presidente da Câmara se se pode ausentar, denotando, uma vez mais, a importância que dá aos assuntos, o que é de lamentar. A sua postura deveria ser de crítica construtiva, o que não acontece, bem pelo contrário, limita-se a contrariar tudo sem apresentar o que quer que seja como alternativa.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu os empréstimos contraídos foram para financiar obra e que foram excepcionados à dívida. Disse também que a despesa corrente não se refere só a custos com o pessoal, mas sim, a outras despesas como o pagamento de juros. Disse que quando os projectos são aprovados, têm subjacentes a criação de postos de trabalho, a título de exemplo, Museus, Espaços Internet, entre outros.-----

-----Referiu ainda, que a redução neste trimestre em matéria de pessoal representa um decréscimo de 80 mil euros, ou seja, uma redução de 10%.

Dando como exemplo o Gabinete de Apoio à Vereação, disse que o mesmo nunca foi constituído, representando uma poupança de cerca de 500 mil euros num mandato. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que os funcionários da autarquia são de todos os partidos. Relativamente ao convite para a Feira do Queijo, e o qual o Senhor Vereador Victor Santos refere que lhe foi enviado numa fotocópia, disse lamentar que tal tenha sucedido, mas o facto, é que o Senhor Vereador já havia sido convidado numa reunião de Câmara. -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** começou por agradecer as boas vindas que lhe foram endereçadas por todos e referir que irá ter uma postura em prol do desenvolvimento do concelho, e que entendam as suas críticas de uma forma construtiva. -----

-----Disse concordar com o Senhor Vereador Victor Santos, quando refere as entradas de funcionários que faziam parte das listas da candidatura do Senhor Presidente da Câmara, para o quadro, considerando que são favores políticos. Disse afirmar-se que é a Câmara a maior entidade empregadora do concelho, não representa a interioridade do nosso concelho, representa sim, uma má gestão, porque a autarquia deveria ser a principal fonte catalisadora de empresas e assim proporcionar alternativas de criação de postos de trabalho. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar os documentos de prestação de contas, referentes ao ano financeiro de 2010. -----

-----Mais deliberou submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, para cumprimento do estipulado na alínea c), do n.º 2, do

artigo 53.º, da Lei n.º 169/99, de 18/9, na sua actual redacção, os documentos da prestação de contas relativos ao ano de 2010. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor Vereador João Duarte:-----

-----"Voto contra porquanto:-----

-----1 – Verifica-se em 2010 um prejuízo (resultado negativo) de 1.886.000 euros; -----

-----2 – As dívidas (passivo exigível) no final de 2010 somavam 22.668.000 euros. Em 2009 eram de 21.087.099 euros. Aumentaram em 1.580.901 euros (cerca de 8%) e serviram exclusivamente para pagamento de despesas correntes; -----

-----3 – Os custos (despesas) com pessoal atingiram o montante record de 7.214.000 euros, ao passo que em 2009 eram 6.753.000 euros. O aumento foi de 461.000 euros (7%);-----

-----4 – As vendas de mercadorias em 2010 foram de 138.474,72 euros e o seu respectivo custo foi de 345.101 euros. Isto é, foram vendidas mercadorias adquiridas em 2010 cujo prejuízo obtido foi na ordem dos 207.000 euros;-----

-----5 – Estão registadas contabilisticamente obras em curso cuja conclusão já terá sido efectuada em exercícios anteriores e que assim já deveriam estar a ser amortizadas (exemplos: Requalificação do Castelo, Gimnodesportivo); -----

-----6 – Não foi apresentado no processo de prestação de contas e contrariamente aos exercícios anteriores, o mapa recapitulativo de fornecedores (relações de aquisições de bens e serviços por fornecedor). Nesse sentido, solicito que seja disponibilizada tal informação imprescindível;-----

-----7 – Quanto às transferências correntes concedidas a Associações do concelho, destacando-se a Associação dos Bombeiros Voluntários (32.225,20€), Coceba (17.500€) e Centro Recreativo da Lageosa do



Mondego (20.000€) e estritamente para a sua auto-sustentabilidade, não existem quaisquer publicações exigidas na Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto; --

-----8 – O mapa referido no ponto 8.2.7 do Anexo – Movimentos do Imobilizado Bruto – não foi disponibilizado no processo de contas; -----

-----9 – A Certificação Legal das Contas do Município também não se encontra nos ficheiros constantes no CD enviado, sendo um documento legalmente exigido, pelo que a sua falta coloca em causa a legalidade das contas em análise;-----

-----10 – Por fim, verificam-se também em 2010 as insuficiências detectadas e comunicadas recentemente pelo Tribunal de Contas quanto ao exercício de 2009, factos que implicaram a não promulgação das mesmas.” -----

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Victor Santos**:-----

-----“Em primeiro lugar, voto contra, pelo facto, de só na Segunda-feira me ter sido disponibilizada a Prestação de Contas do Município, facto que não permitiu a sua análise e não me poderei pronunciar sobre as mesmas. Em segundo lugar, voto contra, porquanto, na prestação de contas, não consta a certificação legal de contas, certificação que considero um requisito mínimo, para me poder pronunciar sobre as mesmas.”-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** em relação ao relatório do ROC disse que o mesmo está a ser elaborado e que posteriormente será dado conhecimento em reunião do Executivo. -----

-----Em relação à declaração de voto do Senhor Vereador João Duarte, no que se refere às considerações aos Bombeiros Voluntários, referiu o seguinte: -----

-----“O Senhor Vereador António Silva não participou em votações relacionadas com a Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses e demais entidades das quais faz parte, como se pode constatar pelas actas. A questão colocada ao Senhor Vereador foi no sentido de entender o

propósito de mencionar a Associação de Bombeiros Voluntários Celoricensenses. Fiquei esclarecido quanto ao propósito da menção à auto-sustentabilidade da Associação e igualmente esclarecido que na opinião do Senhor Vereador a referida Instituição apenas recebeu o subsídio em 2010." -----

-----O Senhor **Vereador João Duarte** fez uma ressalva no sentido de que a sua intervenção foi uma comparação entre os montantes recebidos nos anos anteriores e em 2010. -----

-----**ASSUNTO: RELATÓRIO DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADAS PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO ATÉ 606.000€** -----

-----Sobre o assunto em tópico, foi presente relatório de análise das propostas apresentadas, dando conhecimento que dada a necessidade de reforço de tesouraria do Município de Celorico da Beira e tendo em conta os n.ºs 3 e 7 do art. 38.º, da Nova Lei das Finanças Locais, foram enviados ofícios convite para apresentação de propostas para contracção de um empréstimo de curto prazo, num montante até 606.000€, às seguintes instituições:-----

-----Banco Santander Totta, SA; Banco BPI, SA; Caixa Geral de Depósitos, SA; Banco Comercial Português, SA e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, SA.-----

-----Apresentou proposta dentro da data limite de 30 de Março de 2011, a instituição: Banco Santander Totta, SA. -----

-----Tendo em conta que houve apenas uma proposta apresentada, terá de ser presente a reunião de Executivo para adjudicação e deliberação.-----

-----Mais se informa que o empréstimo agora em análise já está previsto no orçamento de 2011, tendo sido deliberado em reunião de Assembleia Municipal aquando da aprovação do orçamento. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, adjudicar o referido empréstimo ao Banco Santander Totta, com juro indexado à Euribor a três meses. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----Declaração de voto do Senhor Vereador Victor Santos:-----

-----"Voto contra, porquanto dada a situação financeira do Município, não devia ser contratualizado qualquer empréstimo, antes de ser aprovado o plano de reequilíbrio financeiro."-----

-----2 - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES-----

-----ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE CAMPISMO - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS -----

-----Requerente: Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira-----

-----Foi presente requerimento da Secção de Obras Particulares n.º 159, datado de 17/03/2011, referindo que foi solicitado pela Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira, a isenção do pagamento de taxas para a Construção de um Parque de Campismo, sita em Redonda, freguesia de Ratoeira, concelho de Celorico da Beira. -----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o D.L. 555/99, de 16/12, alterado pelo D.L. 26/2010, de 30/03, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art. 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo refere que: -----

-----"As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que



legalmente constituídas e quando as pretensões visem a prossecução dos respectivos fins estatutários".-----

-----Face ao exposto e estando perante uma Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira, propõe deferimento à isenção do pagamento de taxas. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, isentar a Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira, do pagamento de taxas, para a Construção de um Parque de Campismo, sita em Redonda, freguesia de Ratoeira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**3 - TRANSPORTES ESCOLARES - PREVISÃO PARA O ANO LECTIVO 2011/2012** -----

-----De acordo com o estabelecido no n.º 3, do art. 4.º, do Decreto-Lei n.º 299/84, o Plano de Transportes Escolares tem de ser aprovado pela Câmara Municipal até ao dia 15 de Abril de cada ano, ficando a fazer parte integrante desta acta em anexo (**anexo III**).-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar o Plano de Transportes Escolares, para o ano lectivo 2011/2012. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**4 - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL** -----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO DE FORNECIMENTO DE FRUTA NO ÂMBITO DO REGIME DE FRUTA ESCOLAR** -----

-----Foi presente informação do Gabinete Técnico Florestal, datada de 16/03/2011, remetendo Protocolo de fornecimento de fruta no âmbito do Regime de Fruta Escolar, que se apensa a esta acta (**anexo IV**), para os alunos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, a estabelecer entre o Município de



Celorico da Beira e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL, de acordo com o estabelecido pela Portaria n.º 1242/2009, de 12 de Outubro, com as alterações introduzidas pela Portaria 1386/2009 de 10 de Novembro.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** pretendeu ser esclarecido relativamente à cláusula 2.ª - Obrigações da Entidade Parceira, no que se refere ao n.º 5, "Garantir o fornecimento de pelo menos 50% de fruta certificada". Pretendeu também saber se foi feito algum concurso e se o comércio de Celorico da Beira havia sido contactado. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** esclareceu que foram contactadas várias firmas, sendo que, esta foi a que apresentou a proposta mais baixa. Em relação aos 50% de fruta certificada, esclareceu que é de acordo com o estabelecido na referida Portaria. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o Protocolo de Fornecimento de Fruta, no Âmbito do Regime de Fruta Escolar, entre o Município de Celorico da Beira e a Cooperativa Agrícola de Mangualde CRL.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----5 - SECÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS-----

-----ASSUNTO: PISTA DE PESCA DA RATOEIRA: RELATÓRIO FINAL DE ANÁLISE DE PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA-----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 16/03/2011, com o seguinte teor: -----

-----"Relativamente ao assunto em epígrafe, propõe-se: -----

-----1. Aprovar o Relatório Final de análise das propostas, nos termos do n.º 4, do art.º 148º, do Decreto-lei N.º 18/2008, de 29 de Janeiro; -----



-----2. Deliberar sobre a adjudicação da obra à firma Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda., pelo valor de 331.971,06€ (Trezentos e trinta e um mil, novecentos e setenta e um euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

-----Informa-se V. Ex.^a que a celebração do contrato implica a sua redução a escrito, sendo a respectiva minuta aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar depois de comprovada a prestação da caução pelo adjudicatário, conforme previsto no n.º 1, do artigo 98.º, do Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.” -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com dois votos contra, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o relatório final de análise das propostas e adjudicar a empreitada denominada “Pista de Pesca da Ratoeira”, à firma Edibeiras – Edifícios e Obras Públicas das Beiras, Lda., pelo valor de 331.971,06€ (trezentos e trinta e um mil, novecentos e setenta e um euros e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Victor Santos:**-----

-----“Voto contra, porquanto me foi apresentada uma informação técnica, que refere um relatório no qual um concorrente alega vícios de ilegalidade e que não consta da documentação, pelo que, entendo que esta deliberação não deverá ser votada.” -----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador João Duarte:**-----

-----“Voto contra, porquanto dada a actual situação financeira da Câmara Municipal, estamos a assumir compromissos, que não são comportáveis para o futuro.” -----

-----**ASSUNTO:** CANDIDATURA AO PRODER/ADRUSE -
SUBPROGRAMA 3 - ACÇÃO 3.2. - MELHORIA DA QUALIDADE DE
VIDA - MEDIDA 3.2.1. - CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO
PATRIMÓNIO RURAL "ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO
MUNICIPAL" -----

-----Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 25/03/2011, referindo que relativamente ao assunto em epígrafe, no âmbito da candidatura ao PRODER, através do subprograma 3 da ADRUSE – Medida 3.2.1. – Conservação e Valorização do Património Rural, e considerando que a Autarquia reúne todas as condições para submeter a candidatura “Alteração do Edifício do Mercado Municipal”, propõem a submissão da mesma. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, concordar com a submissão do projecto “Alteração do Edifício do Mercado Municipal” ao PRODER/ADRUSE – subprograma 3, Medida 3.2. – Melhoria da qualidade de vida, Acção 3.2.1. – Conservação e Valorização do Património Rural.-----

-----Mais foi deliberado submeter este assunto à Assembleia Municipal para aprovação.-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**6 - STAL E ASSOCIAÇÃO ÁGUA PÚBLICA**-----

-----**ASSUNTO:** DIA MUNDIAL DA ÁGUA 2011 -----

-----Foi presente documento subscrito pelo STAL e pela Associação Água Pública, dando conhecimento de que em relação às comemorações do Dia Mundial da Água, consideram que o momento político e económico que o País atravessa impõe que esta data seja assinalada com um forte apelo à luta contra o violento ataque económico aos trabalhadores e à população em geral, à redução dos salários, do emprego, das reformas das

pensões e das prestações sociais do Estado, ao aumento do custo de vida, do desemprego, de impostos sobre o trabalho e sobre o consumo dos bens mais essenciais.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----7 - **DESPERTAR DO SILÊNCIO - ASSOCIAÇÃO DE SURDOS DA GUARDA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 11, datado de 18/03/2011, proveniente da Associação de Surdos da Guarda – Despertar do Silêncio, que tem por objectivo promover actividades e serviços de natureza social, educativa e cultural, que proporcionem ao Surdo o reforço da sua identidade, bem como, condições que conduzam à sua inclusão efectiva na comunidade em que se insere.-----

-----Por ocasião da comemoração do 11.º Aniversário da Associação, propõem-se organizar um conjunto de actividades que ajude no convívio e enriquecimento cultural da comunidade surda e ouvinte, solicitando um subsídio de modo a minimizar as despesas a efectuar com as diversas actividades que irão ser organizadas.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 100€, à Associação de Surdos da Guarda, Despertar do Silêncio.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----8 - **STAL**-----

-----**ASSUNTO: MANIFESTO PELA EDUCAÇÃO**-----

-----Foi presente ofício n.º 292/C, datado de 21/03/2011, proveniente do STAL, referindo que a Educação/Formação é por todos reconhecida, como

essencial ao desenvolvimento do País e à criação de condições de futuro para as populações. -----

-----O STAL enquanto entidade subscritora da Plataforma da Educação e promotora do Manifesto “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”, tem grandes preocupações relativamente à Educação e à falta de investimento que sistematicamente tem sofrido, nomeadamente com a ausência de recursos adequados à sua dignificação. -----

-----Desta forma e tendo por objectivo a defesa de um efectivo investimento na Educação, de uma Escola Pública de qualidade, gratuita e inclusiva e a rejeição dos cortes orçamentais impostos às Autarquias e à Educação, que incidem sobre aspectos vitais às Escolas e potenciam rupturas insaciáveis no seu funcionamento, junto remetem o referido Manifesto, solicitando uma melhor atenção da sua subscrição, após aprovação dos órgãos competentes para tal. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, subscrever o referido Manifesto, relativo ao tema “Investir na Educação, Defender a Escola Pública”. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----9 - FUNDAÇÃO INATEL-----

-----ASSUNTO: UNIDADE HOTELEIRA DE LINHARES DA BEIRA -----

-----Foi presente e-mail da Fundação Inatel, datado de 17/03/2011, informando que a Câmara Municipal de Celorico da Beira, fez concluir as obras de beneficiação da caixilharia das janelas e portadas da Unidade de Linhares da Beira, bem como, da aparelhagem de ar condicionado. Informam também que a referida Unidade já foi reaberta ao público, razão que justificou a divulgação pública do facto nesta mesma data e a inserção de uma notícia na próxima revista Tempo Livre, com uma tiragem de largas dezenas de milhares de exemplares. -----



-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** começou por referir que ao contrário das outras vezes em que foram bombardeados com *e-mails* e comunicação social relativamente à reabertura da Pousada de Linhares, agora que foi reaberta, ninguém reconheceu o trabalho que foi desenvolvido pelo Executivo, para que tal acontecesse. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** congratula-se pela resolução deste problema, pese embora, este tenha sido um processo mal conduzido e que trouxe graves prejuízos ao Município. -----

-----Ainda sobre este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** agradeceu o empenho de todos na resolução desta situação, apesar de ninguém ter reconhecido o esforço e dedicação que o Executivo fez para a reabertura desta Unidade Hoteleira. -----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou remeter este assunto à Assembleia Municipal para conhecimento. -----

----- **10 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA GUARDA** -----

----- **ASSUNTO: "MOÇÕES/PORTAGENS"** -----

-----Foi presente ofício n.º 77/2011/AMG, de 17/03, proveniente da Assembleia Municipal da Guarda, remetendo para conhecimento Moções aprovadas pela Assembleia Municipal da Guarda, na sessão ordinária realizada a 28 de Fevereiro de 2011. -----

-----A Câmara tomou conhecimento. -----

----- **11 - ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE FERNÃO JOANES** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE APOIO PARA A PROVA "NAS ALTURAS NAVEGAÇÃO 4X4" - DE 23 A 25 DE SETEMBRO**-----

-----Foi presente ofício datado de 20/03/2011, em nome da Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes, solicitando um apoio monetário para os custos da prova de Navegação TT em GPS denominada "Nas Alturas Navegação 4x4", que irá decorrer de 23 a 25 de Setembro, em todo o Distrito da Guarda.-----

-----Face às actuais dificuldades financeiras, a Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir o pedido formulado pela Associação Cultural e Recreativa de Fernão Joanes.-----

-----**12 - COMURBEIRAS - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL – CIM**-----

-----**ASSUNTO: PAGAMENTO DE PORTAGEM NOS TROÇOS DE AUTO-ESTRADA QUE ATRAVESSAM O TERRITÓRIO DA COMURBEIRAS - PRESS RELEASE**-----

-----Foi presente ofício com a referência EAT-COMURB 170/2011, datado de 17/03/2011, proveniente da Comurbeiras, remetendo para conhecimento o teor do *Press Release* que a CIM elaborou e distribuiu aos órgãos de comunicação social, relativamente ao pagamento de portagem nos troços de auto-estrada que atravessam o território da Comurbeiras.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**13 - TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA**-----

-----**ASSUNTO: DESPACHO**-----

-----Foi presente para conhecimento, o Despacho do Tribunal da Relação de Coimbra, referente ao processo onde é arguido o Senhor António José Marques Caetano.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**14 - PROPOSTA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**-----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO "PORTAGENS NA A23 E A25"**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara foi presente uma Moção, manifestando deste modo o descontentamento do Município de Celorico da Beira à introdução de Portagens na A23 e A25, que se apensa a esta acta (anexo V). -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção apresentada relativamente à introdução de Portagens na A23 e A25 e submetê-la à apreciação e votação da Assembleia Municipal. -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**15 - SECÇÃO DE PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO**-----

-----**ASSUNTO: LUGARES DE ESTACIONAMENTO**-----

-----**Requerente: ALSS Lageosa do Mondego**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 111/2011, datada de 14/03/2011, referindo que analisado o pedido no qual a requerente solicita quatro lugares de estacionamento privados, três junto ao Lar de Idosos e um junto à creche/jardim-de-infância, informa que após deslocação aos locais, não há inconveniente no deferimento do pedido no que respeita aos três lugares de estacionamento privado junto ao lar de idosos, mas não, em relação ao estacionamento privado junto à creche/jardim-de-infância, dado que esse arruamento tem dois sentidos de trânsito, e apenas tem uma largura compreendida entre 4,80m no seu ponto mais largo e de 4,30m no ponto mais estreito. -----

-----Existindo legislação que impede o estacionamento de veículos quando obriguem à utilização da faixa de rodagem em sentido contrário ao do trânsito (artigo 50.º, do D.L. N.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código da

Estrada)), o pedido de um lugar de estacionamento privado junto à creche/jardim-de-infância, não poderá ser deferido. -----

-----Caso o executivo municipal delibere favoravelmente a atribuição dos três lugares de estacionamento privados junto ao Lar de Idosos, informa-se que segundo a alínea c), do artigo 5.º, do Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Celorico da Beira, "as associações religiosas, culturais, desportivas, recreativas e as fundações públicas, quando legalmente constituídas, e sem fins lucrativos, pelas actividades que se destinem, directa e imediatamente à realização dos seus fins estatutários", estão isentas de taxas e preços.-----

-----No que respeita aos custos da colocação e aquisição da sinalização de trânsito, devem os mesmos ser suportados pela requerente. Para o efeito, deverá ser colocado um prumo com uma altura mínima de 2,20m medido desde o fundo do painel adicional até ao solo e conter: -----

-----1 Sinal de Informação H1a – Estacionamento autorizado;-----

-----1 Painel Adicional – Modelo 10a com a inscrição – ALSS/3 LUGARES, cumprindo o D.R. N.º 22-A/98 de 1 de Outubro e suas alterações.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir três lugares de estacionamento privados junto ao Lar de Idosos e isentar do pagamento de taxas e preços a ALSS de Lageosa do Mondego.-----

-----Mais foi deliberado, por unanimidade, que os custos da colocação e aquisição da sinalização de trânsito devem ser suportados pela requerente. Deverá também ser colocado um prumo com uma altura mínima de 2,20m medido desde o fundo do painel adicional até ao solo e conter: -----

-----1 Sinal de Informação – H1a – Estacionamento autorizado;-----

-----1 Painel Adicional – Modelo 10a com a inscrição – ALSS/3 LUGARES.-----

-----Relativamente ao lugar de estacionamento privado junto à creche/jardim-de-infância, o mesmo foi indeferido de acordo com a informação técnica. -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE COLOCAÇÃO DE UM SINAL DE PROIBIÇÃO DE ESTACIONAMENTO**-----

-----**Requerente: José Martins Marcelino**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 124/2011, datada de 31/03/2011, referindo que analisado o assunto exposto, no qual o requerente solicita a esta autarquia a colocação de um sinal de proibido estacionar em frente à sua habitação, na Rua da Escola, na Freguesia de Casas do Soeiro, pelo facto de constantemente ser efectuado o estacionamento de viaturas que impedem o acesso ao seu prédio, informa que após deslocação ao local, e tendo por base o artigo 50.º, do D.L. N.º 44/2005, de 23 de Fevereiro (Código da Estrada), no qual refere que "é proibido o estacionamento nos lugares por onde se faça o acesso de pessoas ou veículos a propriedades, a parques ou a lugares de estacionamento", não há qualquer razão para a Câmara Municipal colocar o referido sinal. Como se pode verificar pela fotografia, existem duas portas na habitação do requerente e um portão de acesso a uma propriedade privada, pelo que, atendendo ao atrás referido deverá o pedido ser indeferido.-----

-----Mais informa que pela alínea b), do n.º 1, do artigo 5.º, da legislação atrás citada, a fiscalização do cumprimento das disposições do Código da Estrada e legislação complementar incumbe, em Celorico da Beira, à Guarda Nacional Republicana.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente, de acordo com o parecer exarado na informação técnica.---

-----**ASSUNTO: SENTIDO ÚNICO - RUA DE BAIXO E RUA DO PASSADIÇO**-----

-----**Requerente: Junta de Freguesia de Santa Maria**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 136/2011, datada de 05/04/2011, referindo que analisado o assunto colocado pela Junta de Freguesia de Santa Maria sobre a viabilidade de ser considerada a Rua de Baixo e a Rua do Passadiço de sentido único de sul para norte, informam que embora sejam arruamentos estreitos, suportam actualmente o trânsito local existente nos dois sentidos.-----

-----Não havendo arruamentos transversais ao trânsito entre estes dois arruamentos e a Rua Fernão Pacheco numa distância de 370m, a transformação destas vias, em vias de sentido único, iria aumentar o trânsito na zona mais central da Vila (Rua Sacadura Cabral, Rua Bombeiros Voluntários, Rua 31 de Janeiro, Rua da Misericórdia).-----

-----Face ao exposto, não parece positiva a alteração proposta.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, que a Técnica Responsável reúna com a Presidente de Junta de Freguesia de Santa Maria, para analisar o assunto.-----

-----**16 - SECÇÃO DE EXPEDIENTE DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: LISTAGEM DE VENDEDORES AMBULANTES - CONCESSÕES E REVALIDAÇÕES DE CARTÃO DE VENDEDORES AMBULANTES REFERENTE AO ANO DE 2011**-----

-----Foi presente a listagem de Vendedores Ambulantes que exercem a sua actividade profissional neste Município de Celorico da Beira, respeitante ao ano de 2011.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**17 - MOTOCLUBE PINSTONS DA SERRA**-----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE INSTALAÇÕES PARA A SEDE DE MOTOCLUBE**-----

-----Foi presente ofício com data de 28/03/2011, em nome do Motoclube Pinstons da Serra, solicitando que lhes seja cedido gratuitamente parte das instalações do edifício de apoio ao campo de futebol pelado, para instalação da sede do Motoclube.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que deverá ser elaborado um relatório pelo Gabinete do Património, onde conste um levantamento fotográfico do espaço, bem como, das condições em que o mesmo se encontra. Deverá ser feita uma inspecção trimestralmente, sendo que, qualquer dano será da responsabilidade do Motoclube Pinstons da Serra. Disse ainda, que deverá ser apresentado um Plano de Actividades.-----

-----A atribuição do espaço deverá ser feita mediante a realização de um Protocolo, o qual terá a duração de um ano.-----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** disse que na sua opinião a Câmara Municipal deveria identificar as áreas que estão devolutas e fazer uma publicitação através de edital, para posteriormente atribuir o espaço às Associações que o pretendam, sob pena de qualquer pessoa poder solicitar estes espaços.-----

-----O Senhor **Vereador António Silva** acrescentou que o Motoclube Pinstonsn da Serra faça um seguro, até porque, se houver algum acidente o seguro da Câmara não irá cobrir.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, ceder parte das instalações do edifício de apoio ao campo de futebol pelado, para instalação da sede, mediante a realização de um





Protocolo entre as partes, que contenha os requisitos propostos pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

-----**Declaração de voto do Senhor Vereador Victor Santos:**-----

-----“Voto contra, porquanto entendo que estas situações de cedência de Património, deveriam ser definidos os critérios de atribuição, não estando definidos, não deverá ser cedido o espaço.” -----

-----**18 - CLUBE DE AMIGOS DO AUTOMÓVEL E TODO O TERRENO – CAATT**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE ESPAÇO** -----

-----Foi presente ofício datado de 10/03/2011, proveniente do Clube de Amigos do Automóvel e Todo o Terreno de Celorico da Beira, solicitando que lhes seja cedido a título gratuito dois arrumos situados no Bairro de Santa Luzia, identificados com as letras “I” e “J”, para assim poderem ter uma sede e um local para arrumar o material necessário para as actividades a desenvolver. -----

-----Relativamente a este assunto, o Senhor **Presidente da Câmara** disse que um arrumo será suficiente, pelo que, deverá ser elaborado um relatório pelo Gabinete do Património, onde conste um levantamento fotográfico do espaço, bem como, das condições em que o mesmo se encontra. Deverá ser feita uma inspecção trimestralmente, sendo que, qualquer dano será da responsabilidade do Clube de Amigos do Automóvel e Todo o Terreno de Celorico da Beira. Disse ainda, que deverá ser apresentado um Plano de Actividades. -----

-----A atribuição deste espaço deverá ser mediante a realização de um Protocolo que terá a duração de um ano. Como referido pelo Senhor Vereador António Silva anteriormente, também esta Instituição deverá fazer um seguro. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com um voto contra do Senhor Vereador Victor Santos e uma abstenção do Senhor Vereador João Duarte, ceder um arrumo, situado no Bairro de Santa Luzia, para instalação da sede, mediante a realização de um Protocolo entre as partes, que contenha os requisitos propostos pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

-----Declaração de voto do Senhor Vereador Victor Santos:-----

-----"Voto contra, pelos mesmos motivos apresentados no assunto anterior."-----

-----19 - GABINETE JURÍDICO-----

-----ASSUNTO: MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO - CENTRO CULTURAL E DESPORTIVO DE VIDE-ENTRE-VINHAS-----

-----Foi presente minuta de contrato de comodato que se anexa a esta acta (anexo VI), a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Centro Cultural e Desportivo de Vide-Entre-Vinhas, para cedência da escola básica do primeiro ciclo, sita em Vide-Entre-Vinhas.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e o Centro Cultural e Desportivo de Vide-Entre-Vinhas, referente à cedência das instalações da escola básica do primeiro ciclo, sita em Vide-Entre-Vinhas.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----ASSUNTO: MINUTA DE CONTRATO DE COMODATO - ASSOCIAÇÃO D. M. PRADOS-----

-----Foi presente minuta de contrato de comodato que se anexa a esta acta (anexo VII), a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação D. M. Prados, para cedência das instalações das duas Escolas

Básicas do 1º Ciclo, sitas em Prados, para afectar a sua utilização ao Turismo Rural.-----



-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que deverá ser acrescentada uma cláusula ao Contrato de Comodato, onde conste que caso não seja aprovada a candidatura para Turismo Rural nestes edifícios, o referido Contrato fica sem efeito. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta de contrato de comodato a celebrar entre o Município de Celorico da Beira e a Associação D. M. Prados, referente à cedência das instalações das duas Escolas Básicas do 1º Ciclo, sitas em Prados, para afectar a sua utilização ao Turismo Rural. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----20 - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS-----

-----ASSUNTO: RECRUTAMENTO DE SAPADORES FLORESTAIS -----

-----Foi presente informação interna datada de 28/03/2011, da Secção de Recursos Humanos, com o seguinte teor: -----

-----“Terminando durante o ano 2011 os contratos a tempo determinado dos Sapadores Florestais e, após solicitação de parecer à CCDRC e conjugado com o OE para 2011 e o Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, parece-me que, para a abertura de procedimentos concursais para recrutamento a tempo determinado dos postos de trabalho para contratação de 10 Sapadores Florestais, deve-se, nos termos do artigo 4.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de Setembro, sujeitar a deliberação do órgão executivo a autorização para abertura dos mesmos procedimentos condicionada a autorização posterior que se vai ter que solicitar ao Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública e aos Sr. Secretários de Estado da Administração Local. -----



-----Na deliberação deve ser claramente mencionada a forte probabilidade de ter que se recorrer de recurso ao recrutamento excepcional e a demonstração, mediante relatório dos serviços financeiros, que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento para o ano de 2011, uma vez que os mesmos constam do Mapa de Pessoal. -----

-----Após deliberação do órgão executivo deve a Câmara municipal solicitar a autorização para abertura dos procedimentos concursais especificando detalhadamente os postos de trabalho a preencher, ao Sr. Min. das Finanças e ao Sr. Sec. da Adm. Local demonstrando que, cumulativamente o seu recrutamento é imprescindível tendo em conta o serviço público a prestar, a carência de recursos humanos na área e a impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade. -----

-----Teremos que condicionar esta última possibilidade de recrutamento num universo de trabalhadores sem relação jurídica por tempo indeterminado, através do compromisso, como já verifiquei realizar-se noutras autarquias, de abrir o procedimento concursal em três fases no caso em apreço: 1ª para candidatos com CTFP por tempo indeterminado, 2ª para candidatos em situação de mobilidade especial e 3ª para candidatos sem relação jurídica de emprego público passando de umas fases a outras caso não sejam os postos de trabalho preenchidos. -----

-----O Senhor **Vereador Victor Santos** relativamente a este assunto referiu que o concelho tem uma Associação Florestal que também presta este serviço, considerando que poderia ser disponibilizado o equipamento da autarquia e ser feito pela Celflor, reduzindo assim, os custos com pessoal. -----



-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, autorizar a abertura dos procedimentos concursais, para recrutamento por tempo determinado, para contratação de 10 Sapadores Florestais, condicionada à autorização posterior que vai ser solicitada ao Sr. Ministro das Finanças e da Administração Pública e ao Sr. Secretário de Estado da Administração Local.-----

-----Mais foi deliberado que poderá ser necessário recorrer ao recrutamento excepcional e a demonstração, mediante relatório dos serviços financeiros, que os encargos com os recrutamentos em causa estão previstos no orçamento para o ano de 2011, uma vez que os mesmos constam do Mapa de Pessoal. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----21 - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL-----

-----ASSUNTO: PROCESSO DE REALOJAMENTO - PEDIDO DE MUDANÇA DE RESIDÊNCIA-----

-----Foi presente informação interna com o registo n.º 1293, datada de 05/04/2011, do Gabinete de Acção Social, referindo que o Sr. Germano Bernardo vivia numa habitação pré-fabricada no Bairro de Santa Luzia, aquando da demolição dessa habitação o Sr. foi realojado, em Março de 2003, provisoriamente noutra habitação. Actualmente o Município para uma renda no valor de 213,23€, na Rua Fernão Pacheco, n.º 93. -----

-----De acordo com o exposto pelo Sr. Germano os problemas de saúde, nomeadamente de mobilidade, têm-se vindo a agravar, pelo que, solicita ser realojado noutra habitação (sita na Estrada Nacional 16 – Celorico-Gare), apresentando uma proposta no valor de 200€. -----

-----A habitação onde mora actualmente, embora reúna condições de habitabilidade, o acesso à habitação não é acessível para um idoso de 83 anos. O GAS informa que não havendo qualquer exigência por parte da senhoria, não há inconveniente em que o Sr. Germano mude para a

habitação sita em Celorico-Gare a partir de 1 de Maio, propriedade de António Pedro Silva. Informam ainda que embora o contrato cesse dia 1 de Maio, já não haverá lugar ao pagamento da renda respeitante ao mês de Maio, em virtude da senhoria a ela ter renunciado. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o realojamento do Senhor Germano Bernardo, para uma residência sita na Estrada Nacional 16 – Celorico-Gare, a partir do dia 1 de Maio, propriedade do Senhor António Pedro Silva, não havendo lugar ao pagamento da renda respeitante ao mês de Maio, relativamente à habitação anterior, pelo facto de a senhoria a ela ter renunciado. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**ASSUNTO: MATERIAL PARA AS EB 1º E JARDINS DE CELORICO DA BEIRA** -----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 07/04/2011, considerando que é necessário garantir o bom funcionamento das actividades lectivas e à semelhança do procedimento que foi feito nos períodos lectivos anteriores, propõem a atribuição de cinco euros por aluno a frequentar o estabelecimento de ensino, para aquisição de material de desgaste, bem como, a distribuição de papel, por estabelecimento de ensino, conforme listagem em anexo (**anexo VIII**).-----

-----De referir ainda, que devido ao seu custo e desgaste rápido não é possível a aquisição de papel, tinteiros e tintas com a verba atribuída a cada estabelecimento de ensino. Assim, deve ser assegurada a aquisição de papel e tinteiros para o 1.º Ciclo e tintas em boião para os Jardins de Infância de acordo com as necessidades de cada estabelecimento de ensino, independentemente da verba atribuída por estabelecimento de ensino. -----



-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um donativo financeiro, para aquisição de material de desgaste para as EB1 e Jardins de Infância do Concelho, no montante de 1.415,00€ e 345,00€, respectivamente, de modo a garantir o bom funcionamento das actividades lectivas, conforme lista em anexo à informação técnica. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----22 - ALTERAÇÃO DO EDIFÍCIO MERCADO MUNICIPAL -----

-----APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA E APROVAÇÃO DOS PROJECTOS DE ESPECIALIDADES -----

-----Foi presente uma informação relativamente à aprovação do projecto de arquitectura relativamente à obra em epígrafe. O projecto em causa foi elaborado pelos Técnicos Municipais, encontrando-se o mesmo instruído de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente Plano de Urbanização de Celorico da Beira “Resolução de Conselho de Ministros n.º 140/2005 de 22 de Agosto”, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março, com a nova redacção da Lei 28/2010 de 2 Setembro, Portaria 232/2008, de 11 Março e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Recolheu parecer favorável da Delegação de Saúde de Celorico da Beira; -----

-----Tratando-se de obras de recuperação, alteração de materiais da cobertura, pinturas e tratamento de pavimentos interiores, não interferindo com a ocupação funcional actual do edifício, após consulta à ANPC, não necessita de parecer prévio dessa entidade.-----

-----Foi também presente informação técnica datada de 08/04/2011, referindo que pretende o requerente a aprovação dos projectos de especialidades referente à Alteração do Edifício Mercado Municipal, sito na Av. da Corredoura, freguesia de S. Pedro, concelho de Celorico da Beira.-----



-----Após a análise do processo com a legislação em vigor, nomeadamente o ponto 5, do artigo 11.º, da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, informa que o processo se reporta à alteração de materiais e execução de uma casa de banho para deficientes. -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o projecto de arquitectura e os projectos de especialidades, relativamente à Alteração do Edifício Mercado Municipal, sito na Av. da Corredoura, freguesia de S. Pedro, concelho de Celorico da Beira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**23 - ALTERAÇÃO PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL: "CASA DE CAMPO" – ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS** -----

-----**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO D. M. PRADOS** -----

-----Foi presente requerimento da Secção de Obras Particulares n.º 210, datado de 08/04/2011, referindo que pretende a requerente a isenção do pagamento de taxas, referente ao projecto em epígrafe, sita em Prados, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente o D.L. 555/99, de 16/12, alterado pelo D.L. 26/2008, de 30/03 e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que o mesmo se encontra enquadrado com o descrito na alínea a), do ponto 4, do art. 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, uma vez que o mesmo refere que: -----

-----*"As pessoas colectivas de direito público ou de utilidade pública administrativa, as associações culturais, desportivas, recreativas ou religiosas e as instituições particulares de solidariedade social, desde que legalmente constituídas e quando as pretensões visem a prossecução dos respectivos fins estatutários".*-----

-----Face ao exposto e estando perante uma Associação D. M. de Prados, propõe deferimento à isenção do pagamento de taxas. -----



-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, isentar a Associação D. M. Prados, do pagamento de taxas, referente ao projecto em epígrafe. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**24 - ALTERAÇÕES PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL:
"CASA DE CAMPO" – PEDIDO DE APOIO TÉCNICO** -----

-----**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO D. M. PRADOS** -----

-----Foi presente requerimento da Secção de Obras Particulares n.º 208, datado de 08/04/2011, referindo que foi solicitado pela Associação D. M. Prados, apoio técnico para a elaboração de um projecto de Alterações para Turismo no Espaço Rural – "Casa de Campo", sito na freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira, de acordo com o n.º 11, do art.º 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira. -----

-----Face ao exposto a Secção de Obras Particulares propõe que, ao abrigo do n.º 11, do art. 14.º, do Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, seja concedido o apoio técnico solicitado.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, conceder à Associação D. M. Prados, apoio técnico para a elaboração de um projecto de Alterações para Turismo no Espaço Rural – "Casa de Campo", sito na freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira. ---

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----



-----25 - ALTERAÇÃO DE EDIFÍCIO PARA TURISMO NO ESPAÇO RURAL: “CASA DE CAMPO” – APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA-----

-----Foi presente requerimento n.º 209, datado de 08/04/2011, em nome da Associação D. M. Prados, pretendendo a aprovação do projecto de arquitectura, referente à Alteração de Edifício para Turismo no Espaço Rural – Casa de Campo, sita em Prados, freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente Plano Director Municipal “Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/1985, de 9 de Setembro”, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março, com a nova redacção da Lei 28/2010 de 2 de Setembro, Portaria 232/2008 de 11 de Março, Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto, e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que: -----

-----1 – Pretende-se a adaptação do edifício da antiga creche da Freguesia de Prados para edifício de apoio ao turismo, inserindo-se a proposta na alínea f), do art.º 4.º, do D.L. 39/2008 de 7 de Março, bem como, no art.º 5.º da Portaria n.º 937/2008 de 20 de Agosto, Casa de Campo, sendo que, no que concerne ao enquadramento legal, trata-se de um edifício de Estado Novo que poderá ser inserido na referida tipologia; ----

-----2 – Recolheu o projecto de arquitectura parecer favorável por parte da Junta de Freguesia de Prados; -----

-----2.1 – Recolheu Parecer favorável por parte da Delegação de Saúde;--

-----3 – O projecto enquadra-se na 1.ª categoria de Risco de acordo com a alínea b), do art.º 24.º, do DL 220/2008 de 12 de Novembro e verifica as condições daí resultantes de SCIE;-----

-----4 – O Projecto de arquitectura apresentado encontra-se instruído de acordo com Legislação e Regulamentos aplicáveis e em vigor; -----

-----Face ao exposto, propõe deferimento ao projecto de arquitectura apresentado.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o projecto de arquitectura, relativamente à Alteração do Edifício para Turismo no Espaço Rural – Casa de Campo, sita em Prados, freguesia de Prados, concelho de Celorico da Beira.-----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta.-----

-----26 - CONSTRUÇÃO DE UM PARQUE DE CAMPISMO-----

-----APROVAÇÃO DO PROJECTO DE ARQUITECTURA-----

-----REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE CAÇA, PESCA, TIRO E AGRICULTURA DA RATOEIRA-----

-----Foi presente requerimento n.º 160, datado de 17/03/2011, em nome de Associação de Caça, Pesca, Tiro e Agricultura de Ratoeira, pretendendo a aprovação do projecto de arquitectura, referente à Construção de Parque de Campismo, sita Redonda, freguesia de Ratoeira, concelho de Celorico da Beira.-----

-----Após a análise do projecto em estudo com a legislação em vigor, nomeadamente PDM, Regulamento Geral das Edificações Urbanas (RGEU), D.L. 555/99 de 16/12, alterado pelo D.L. n.º 26/2010 de 30 de Março, com a nova redacção da Lei 28/2010 de 2 de Setembro, Portaria 232/2008 de 11 de Março e o Regulamento Municipal de Administração Urbanística e de Edificação do Concelho de Celorico da Beira, informa que:-

-----1 - O projecto de arquitectura foi elaborado pelos Técnicos Municipais do Município de Celorico da Beira;-----

-----1.1 - Recolheu Parecer Favorável da Delegação de Saúde de Celorico da Beira;-----

-----1.2 - Solicitou o Requerente parecer de autorização no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional à Direcção Regional do



Ambiente e do Ordenamento do Território do Centro, Divisão Sub-Regional da Guarda, sendo que esta entidade emitiu autorização à pretensão. -----

----- 1.3 - Recolheu parecer Favorável da Junta de Freguesia da Ratoeira;-

----- 1.4 - O projecto enquadra-se na 1.ª categoria de Risco de acordo com a alínea b), do art.º 24.º, do DL 220/2008 de 12 de Novembro e verifica as condições daí resultantes de SCIE;-----

----- 2 - O Projecto de arquitectura apresentado encontra-se instruído de acordo com Legislação e Regulamentos aplicáveis e em vigor; -----

----- Face ao exposto, propõe deferimento ao projecto de arquitectura apresentado. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos Senhores Vereadores Victor Santos e João Duarte, aprovar o projecto de arquitectura, relativamente à Construção de um Parque de Campismo, sito em Redonda, freguesia de Ratoeira, concelho de Celorico da Beira. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **27 - SUSPENSÃO DE MANDATO/PERDA DE MANDATO DR. JÚLIO SANTOS – REVOGAÇÃO DE DELIBERAÇÃO** -----

----- Foi presente informação do Gabinete Jurídico, com o registo interno n.º 1423, datada de 12/04/2011, com o seguinte teor:-----

----- “Em 15 de Março de 2011, veio o Dr. Júlio Santos, na qualidade de Vereador do Executivo Municipal nas Listas Majusp – Movimento de Apoio Júlio Santos Presidente – apresentar pedido de Suspensão do mandato pelo período de 1 ano. -----

----- Em reunião de Câmara de 16 de Março de 2011, foi deliberado aceitar o pedido de Suspensão de Mandato apresentado. -----

----- Posteriormente, em 21 de Março de 2011, o Tribunal Judicial de Celorico da Beira, informou por ofício, que o Vereador em questão foi condenado no Processo n.º 154/01.9JACBR por acórdão de 18.06.2007

transitado em julgado em 16.02.2011 e em consequência foi proibido de exercer cargos públicos pelo período de 5 (cinco) anos. -----

-----Face ao exposto, deve revogar-se a suspensão solicitada e deliberada, por na verdade, existir uma perda de mandato em consequência de condenação transitada em julgado." -----

-----A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção, do Senhor Vereador Victor Santos, revogar a deliberação do executivo municipal na reunião de 16/03/2011, relativamente ao pedido de suspensão do Senhor Vereador Júlio Santos, por existir uma perda de mandato, em consequência de condenação transitada em julgado. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **28 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL REFERENTE À EMPREITADA "REVESTIMENTO EXTERIOR DO GIMNODESPORTIVO DE CELORICO DA BEIRA"** -----

----- Foi presente informação técnica da Secção de Obras Municipais, datada de 09/03/2011, relativamente ao assunto em epigrafe e que se anexa a esta acta (**anexo IX**), referindo que trata-se de um concurso público efectuado para finalizar os trabalhos relativos à Conservação e Reabilitação do Edifício do Gimnodesportivo de Celorico da Beira. -----

----- A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Victor Santos, aprovar: -----

----- A contratação e autorização de despesa; -----

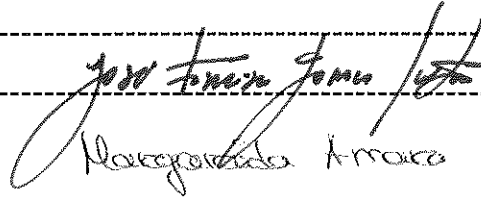
----- A escolha do procedimento; -----

----- O Programa de Procedimento e Caderno de Encargos. -----

----- A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

-----Eram 14:10h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----


Margarida Maria Gonçalves Amaro